

Conselho

Ninguém tem maioria

14 JUN 1991

ESTADO DE SÃO PAULO

Está hibernando no Senado o Projeto Jobim que regulamenta a edição de medidas provisórias. O governo não dispõe de maioria para rejeitá-lo e enviá-lo ao pó dos arquivos. Mas, se se trata de formar maioria para impor uma decisão, também as facções oposicionistas aglutinadas no Legislativo não a têm. Tanto que, na votação da Medida Provisória 296, a estratégia do governo deu certo. O Executivo pretende, com ela, corrigir as tabelas de vencimentos de parte do funcionalismo civil e militar da União; e as bancadas que o apóiam no Congresso conseguiram impedir que houvesse quórum mínimo para votação da inadmissibilidade daquela proposição. Por decurso de prazo a MP foi considerada admissível, devendo voltar à comissão mista de senadores e deputados, para apreciação do mérito. Resta saber se, depois, haverá número para aprová-la.

Eis como o País se vê a braços com o grave problema da paralisação da atividade legislativa, pelo menos para a votação de projetos que careçam de urgência ou se revistam de real importân-

cia, mas capazes de, por qualquer motivo, estabelecer polêmica entre dois Poderes do Estado. Nessas condições de temperatura e pressão só passarão nas duas Casas do Legislativo proposições que, por falta de expressão maior, permitam a composição de maiorias eventuais, escassas, reunidas apenas em torno do que é menor.

Essa situação não pode perdurar, eternizando conflitos de que decorra a inação do Congresso. Sobretudo quando se sabe que a promulgação da Constituição de 5 de outubro exige do Senado e da Câmara trabalho árduo; que o governo, tendo cumprido praticamente um ano e três meses de um quinquênio, necessita de leis para administrar. Na medida em que tais leis consultem o interesse coletivo negá-las equivalerá a prestar assinalado desserviço à Nação.

Tem duas causas principais o impasse que ocorre no Congresso. Primeira: a crise que assenta na pulverização das bancadas, fatal no quadro de uma multiplicidade de agremiações políticas das quais a parcela mais significativa está integrada por legendas que são meras

siglas numa conjuntura sombria, caracterizada pela fraqueza de quadros partidários suscetíveis de exprimir, não raro, tão-somente conveniências ocasionais. Segunda: a crise de lideranças, que nunca foi tão acentuada quanto nestes dias. Esse conjunto de causas explica o porquê de, freqüentemente, representantes da oposição votarem com o governo e também de, repetidamente, representantes tidos como governistas votarem com a oposição.

Há que reduzir o número de partidos e dar consistência político-doutrinária aos que se fixarem definitivamente na estima popular. Sem agremiações políticas e sem líderes o Brasil estará condenado a adiar indefinidamente uma experiência democrática fadada a resgatá-lo dos males do passado recente. Cumpre queimar etapas na construção de um futuro melhor. Para tanto, instale-se um diálogo profícuo entre quantos detêm poder de decisão. É desfeso a todos eles ignorar a responsabilidade que pesa sobre seus ombros, neste momento histórico, por demais grave para admitir que se faça política personalista.